



Trabalho rural: o tempo da teoria e o tempo do boia-fria

Rodrigo Constante Martins¹

Resumo: O objetivo deste artigo é abordar a obra da socióloga Maria Aparecida de Moraes Silva com base na temática do trabalho temporário na agricultura. Para tanto, discute como os estudos empíricos empreendidos pela autora foram decisivos para a construção de uma abordagem concreta sobre o trabalho rural no contexto da agricultura paulista. O texto aborda ainda como a temporalidade do trabalho, mobilizada por diferentes estudos sobre capitalismo no campo, foi retrabalhada por Silva mediante situações empíricas que forneceram ricos elementos para a construção de um olhar multidimensional sobre o fenômeno.

Palavras-chave: Trabalho Temporário. Boia-fria. Trabalho rural. Maria Aparecida de Moraes Silva.

Rural work: the time of theory and the time of the seasonal farm workers

Abstract: *The aim of this article is to approach the work of sociologist Maria Aparecida de Moraes Silva from the point of view of temporary work in agriculture. To this end, it discusses how the empirical studies undertaken by the author were decisive for the construction of a concrete approach to rural labor in the context of São Paulo agriculture. It also indicates how the temporality of work, mobilized by different studies on capitalism in the countryside, was reworked by Silva based on empirical situations that provided rich elements for the construction of a multidimensional view of the phenomenon.*

1 Universidade Federal de São Carlos – São Carlos – Brasil – rmartins@ufscar.br – ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2700-3319>.

Keywords: Seasonal work. Seasonal farm workers. Rural work. Maria Aparecida de Moraes Silva

El trabajo rural: el tiempo de la teoría y el tiempo de de los trabajadores agrícolas temporales

Resumen: El objetivo de este artículo es abordar la obra de la socióloga Maria Aparecida de Moraes Silva desde el punto de vista del trabajo temporal en la agricultura. Para ello, se discute cómo los estudios empíricos realizados por la autora fueron decisivos para la construcción de una aproximación concreta al trabajo rural en el contexto de la agricultura paulista. También muestra cómo la temporalidad del trabajo, movilizadora por diferentes estudios sobre el capitalismo en el campo, fue reelaborada por Silva a partir de situaciones empíricas que proporcionaron ricos elementos para la construcción de una visión multidimensional del fenómeno.

Palabras clave: Trabajo temporal. Trabajadores agrícolas temporales. Trabajo rural, Maria Aparecida de Moraes Silva

Introdução

A obra da socióloga Maria Aparecida de Moraes Silva é hoje incontornável para aqueles que pretendem compreender as sociabilidades rurais no Brasil dos Séculos XX e XXI. Seus estudos perpassam temas que marcam diferentes momentos e diferentes territórios rurais no país. Ao pesquisar o trabalho nos canaviais paulistas, Silva precisou investigar as complexas teias migratórias que ligam as regiões Norte e Nordeste com o agronegócio paulista. Ao estudar assentamentos rurais, a pesquisadora complexificou sua compreensão sobre o fenômeno migratório, sobre as identidades rurais e sobre os dilemas dos conflitos agrários, que transbordam tanto os discursos governamentais quanto aqueles dos movimentos sociais. Ademais, no bojo desse conjunto de estudos, a socióloga ainda empreendeu um atento e sofisticado olhar para a questão de gênero, que viria a renovar muitos dos debates sobre ruralidades no início dos anos 2000.

Uma característica importante dos trabalhos de Silva foi desafiar o estado da arte dos estudos sobre o rural paulista das décadas de 1970 e 1980. Realizados em larga parcela por economistas, esses estudos situavam as sociabilidades rurais no contexto do debate sobre desenvolvimento e modernização da

agricultura. De maneira geral, a tese crítica desse debate sublinhava que, se, por um lado, a modernização da agricultura propiciou a elevação dos índices de produtividade da produção estadual e nacional, por outro, também resultou na manutenção das disparidades que ainda assolavam grande parte das populações rurais. A expropriação de pequenos produtores rurais, a elevação do nível de tecnificação das lavouras, as transformações das relações de trabalho, a expansão do desemprego rural, além do crescimento do monocultivo e dos impactos ambientais dele decorrentes seriam algumas das características deflagradas da chamada modernização conservadora – ou modernização dolorosa – do campo.

O desafio lançado por Silva a esse debate foi justamente trazê-lo para o plano das análises concretas. Ainda que as abordagens críticas sobre a modernização conservadora guardassem estreito diálogo com a interpretação marxista das relações entre capitalismo e questão agrária, grande parte desses estudos se sustentava analiticamente via mobilização abstrata de conceitos e de seu confronto com estatísticas e documentos oficiais. O desafio de Silva foi justamente se propor a compreender a relação entre capital e trabalho no território com os mais elevados índices de acumulação no campo no período, lançando mão de um variado acervo de estudos de casos empíricos. Ou seja, concordando com as críticas de Thompson (1981) ao estrutural marxismo, Silva se voltaria para o plano das experiências de classe para empreender um conhecimento concreto – isto é, como unidade do diverso – sobre a modernização da agricultura e seu posterior corolário simbólico, o agronegócio.

Este artigo não pretende reconstruir o conjunto das contribuições de Silva para esse complexo debate. Seu propósito, bem mais modesto, é discutir como os estudos empíricos empreendidos pela autora foram decisivos para a construção de uma abordagem concreta sobre o trabalho rural no contexto da agricultura paulista. Mais especificamente, pretende indicar como a temporalidade do trabalho, mobilizada por diferentes estudos sobre capitalismo no campo, foi retrabalhada por Silva com base em situações empíricas que forneceram ricos elementos para a construção da análise concreta do fenômeno.

Para a realização deste objetivo, o artigo apresentará a seguir uma breve introdução ao tema do tempo de trabalho na agricultura capitalista, retomando conceitos fundamentais de Marx a esse respeito. Em seguida, o tema será desenvolvido no contexto da industrialização da agricultura no Brasil, com base na retomada de alguns dos estudos mais influentes do estado da arte na década de 1980, momento em que Silva se projetava nesse debate. Por fim, serão retomados alguns dos resultados das pesquisas da autora para se concluir sobre os

avanços alcançados no redimensionamento empírico da relação capital-trabalho nas formações sociais rurais do país.

Capital e temporalidades na agricultura

No Brasil, a bibliografia dedicada à análise do processo de modernização da agricultura se vinculou fundamentalmente ao debate sobre as alterações das bases técnicas da produção agrícola. Essas análises conseguiram evidenciar que esse processo assumiu formas mais intensas à medida que o capital industrial estreitou relações com a agricultura visando ampliar suas esferas de reprodução e acumulação. Nesse processo, a agricultura se tornou paulatinamente submetida aos ritmos e interesses do capital industrial, encontrando no progresso técnico a matriz de superação das barreiras impostas pela natureza ao seu processo pleno de acumulação.

Esse processo ganhou vários nomes: modernização da agricultura, industrialização da agricultura, capitalismo agrário, subsunção do campo à indústria, dentre outros. Porém, a despeito da variedade de formas de conceituação, algumas categorias atravessaram o repertório das análises, propiciando a confecção de uma trajetória relativamente coesa de descrição dos desafios enfrentados pelo avanço da indústria sobre a agricultura e os ciclos da natureza. Dentre essas categorias, estão as distintas temporalidades modernamente mediadas pelo capital, quais sejam: o tempo de trabalho, o tempo de produção e o tempo de espera.

Sabidamente, ao contrário da indústria, a produção agrícola tem como uma das suas principais características a descontinuidade da ação do trabalho social, devido à dependência em relação aos fenômenos naturais. Tanto o ritmo biológico do ciclo de crescimento das plantas quanto os fatores climáticos do território determinam a forma e o ritmo da ação do trabalho. Além do processo produtivo possuir datas pré-determinadas de início e término, há também o fato de que ele não pode ser interrompido pelo exclusivo arbítrio social. Dada a natureza sequencial das etapas produtivas e a dispensa do trabalho para algumas delas, a produção agrícola assume uma singularidade que não permite o pleno controle externo das suas atividades. A rigidez dessa ordem sequencial limita inclusive o próprio alcance do progresso técnico na agricultura. O ritmo da natureza, assim, segue decidindo a ordem das operações produtivas, limitando o alcance da chamada Revolução Industrial na agricultura (Abramovay, 1992).

Já na indústria, o processo de produção se organiza de maneira contínua e, no geral, pode ser interrompido em qualquer etapa intermediária. Além disso,

as partes das etapas de produção podem ser desenvolvidas simultaneamente, o que torna a divisão técnica do trabalho industrial um tanto complexa. Nessas circunstâncias, a indústria apresenta, em relação à agricultura, uma maior flexibilidade referente ao nível da produção e da oferta de produtos no mercado global.

Essa diferença entre agricultura e indústria no ciclo de reprodução do capital expressa de modo singular a importante diferença, relacionada por Marx, entre o tempo de trabalho e o tempo de produção: “O tempo de trabalho é sempre tempo de produção, tempo durante o qual o capital está preso à esfera de produção. Mas a recíproca não é verdadeira. O tempo durante o qual o capital fica no processo de produção não é necessariamente tempo de trabalho” (Marx, 1974: 252).

O tempo de produção na agricultura é composto pela soma do tempo de trabalho com o tempo de espera. Essa peculiaridade tem implicações importantes para o estabelecimento de seu grau de lucratividade. Isso porque a taxa de valorização do capital aplicado em um dado segmento produtivo está diretamente subordinado ao seu tempo de rotação, tempo este igual à soma dos tempos de produção e de circulação. “A diferença no período de rotação gera diferença na taxa anual de mais-valia, mesmo para igual massa de mais-valia produzida” (Marx, 1974: 340). Assim, quanto menor for o tempo de rotação de um setor, maior será a taxa de lucro desse setor. O retorno mais rápido ao capitalista do valor-capital adiantado sob a forma-dinheiro liberará esse capital para outro ciclo de valorização².

Na agricultura, a diferença entre o tempo de trabalho e o tempo de produção é mais extenso e mais difícil de ser alterado do que na indústria. Além disso, o tempo de espera imposto pelo ciclo da natureza é mais difícil de ser reduzido, mesmo com o direcionamento do progresso tecnológico. Essa extensão do tempo de espera repercute no tempo de rotação do capital, que, por sua vez, contribui para deprimir a taxa de lucro do setor. O ciclo completo dos capitais aplicados na agricultura se torna, portanto, mais longo e menos flexível do que na indústria. Em face dessa especificidade, a agricultura seria, em termos abstratos, um segmento de produção menos atrativo ao capital.

Mas o capital, por ser uma relação, não é estático. Na agricultura, a tecnologia produzida pelo capital ao longo do Século XX teve como tarefa principal a criação de condições para a transposição dos ciclos da natureza – também

2 Para uma análise mais detalhada sobre os graus e taxas de lucratividade tanto na indústria quanto na agricultura, ver Marx (1984), seção VII, sobre o *Processo de acumulação de capital*.

chamados de “barreiras naturais” (Graziano da Silva, 1981). Nos últimos sessenta anos, essas “barreiras” foram paulatinamente relativizadas pelas engenharias e pela genética e química modernas. Grosso modo, as contribuições desses saberes podem ser agrupadas em três grupos de inovações tecnológicas: a) as inovações mecânicas, que afetaram de modo particular a intensidade e o ritmo da jornada de trabalho, determinando a dinâmica e o curso do processo de subsunção real do trabalhador ao capital na produção agrícola; b) as inovações físico-químicas, que modificaram as condições naturais do solo, elevando a produtividade do trabalho aplicado a esse meio de produção básico e limitado; e c) as inovações biológicas, que afetaram principalmente a velocidade de rotação do capital adiantado no processo produtivo, servindo inclusive como potenciador dos efeitos das inovações mecânicas e físico-químicas.

A problemática da industrialização da agricultura no Brasil

O curso histórico desse movimento de inovações tecnológicas promoveu, entre as décadas de 1960 e 1980, um amplo debate entre estudiosos que se ocuparam da análise do processo de capitalização da agricultura. No Brasil, diferentes interpretações alimentaram o debate sobre os alcances e as limitações dessas transformações, variando, inclusive, suas formas de conceituação.

Entre as expressões de maior circulação no debate acadêmico em torno do tema, está a noção de *industrialização da agricultura*. Uma importante referência a essa abordagem foi o trabalho de Alberto Passos Guimarães. Para o autor, à medida que os conhecimentos técnicos e científicos da indústria se ampliavam, abriu-se o caminho para um salto qualitativo da produção agrícola no sentido da melhoria de sua produtividade e do aumento da produção propriamente dita. Se, no passado, foi a revolução agrícola que abriu caminho à revolução industrial, formando mercados para o consumo das manufaturas, na fase de expansão do capital, o desenvolvimento industrial acionaria o desenvolvimento agrícola, ditando à agricultura as regras pelas quais a acumulação capitalista poderia proporcionar sua expansão (Guimarães, 1982)

Para o autor, esse não seria um processo pelo qual a agricultura iria se industrializar, mas sim uma etapa em que a indústria estaria industrializando a agricultura. Tal etapa seria caracterizada por dois momentos: um primeiro, denominado “industrialização espontânea”, que teria início com o uso de tecnologias incipientes, tais como os adubos naturais (orgânicos e minerais), os arados e outros implementos operados pela força animal em substituição à força humana; e um segundo momento, chamado “industrialização dirigida”, cujo

marco seria a substituição dos adubos naturais pelos adubos artificiais e da maquinaria agrícola simples por equipamentos complexos, ambos provenientes de indústrias de grande porte, dotadas de alto nível tecnológico (Guimarães, 1982).

O surgimento dos complexos agroindustriais seria, para Guimarães, a expressão final desse curso da atividade agrícola que, após ser industrializada pela própria indústria, culminaria com a integração dessas duas esferas produtivas. Tratar-se-ia daquilo que Karl Kautsky (1968) tentou antecipar desde o início do Século XX como *supressão do divórcio entre indústria e agricultura*.

José Graziano da Silva também viria a compartilhar essa noção de dependência do padrão agrícola moderno para com a indústria. De acordo com o autor, para além do simples consumo de bens industriais pela agricultura, sua industrialização se revelaria como momento decisivo de perda da autonomia de seu próprio desenvolvimento. Desde então, a agricultura teria sua dinâmica atrelada às demandas dos setores industriais. Nesse movimento, estaria estabelecida sua submissão ao capital industrial, que passaria a comandar a direção, as formas e o ritmo das transformações operadas na base de produção agrícola. Para o autor, a expressão mais sólida desse processo também seria a constituição dos complexos agroindustriais³:

A constituição dos complexos agroindustriais e a industrialização da agricultura passam a ser os novos determinantes da dinâmica da agricultura. [...] A partir desse momento o desenvolvimento da agricultura não é mais autônomo, mas passa a depender da dinâmica da indústria; não se pode mais falar da agricultura como ‘grande setor’ na economia (como na divisão tradicional agricultura-indústria-serviços), porque grande parte das atividades agrícolas integrou-se profundamente na matriz de relações interindustriais, sendo seu funcionamento determinado de forma conjunta (Graziano da Silva, 1996: 32-33).

Nesse mesmo sentido, Angela Kageyama observaria que o conceito de industrialização da agricultura seria pertinente para demonstrar a maneira pela qual a agricultura teria se transformado em um ramo de produção semelhante a uma indústria, atrelando-se mais intensamente ao movimento geral de valorização capitalista. Seja comprando insumos industriais ou produzindo matérias-primas para indústrias de transformação, a agricultura estaria se

3 Por conta deste movimento, autores como Muller (1989), Kageyama et al. (1990) e o próprio Graziano da Silva (1996) chegariam até mesmo a propor que os Complexos Agroindustriais passassem a ser entendidos como unidade de análise do moderno padrão de relações da agricultura brasileira.

submetendo-se ao domínio do capital industrial, tanto no que tange ao predomínio de suas relações sociais de produção quanto no que se refere à superação dos obstáculos representados pela natureza ao seu processo de valorização (Kageyama, 1990).

Essa forma de apreensão do processo de capitalização da agricultura culminaria em uma formulação dedutiva acerca de suas consequências sobre situações particulares de organização do trabalho. Esse seria o caso da abordagem sobre o trabalho temporário na agricultura. De acordo com Graziano da Silva (1981), o trabalho temporário do final da década de 1970 seria uma estratégia eficiente de adequação do capital para solucionar o impasse colocado pelo processo produtivo agrícola referente à disfunção entre tempo de trabalho e tempo de produção. Contudo, mesmo enquanto uma estratégia eficiente, empregada posteriormente nos complexos agroindustriais, essa forma de emprego da força de trabalho também seria um enorme indício da insuficiência e fraqueza do desenvolvimento capitalista na produção agrícola, uma vez que, por representar as discrepâncias existentes entre os tempos de trabalho necessários às diversas fases que envolvem o período de produção – plantio, tratos culturais e colheita –, evidenciaria fragilidades que dificultariam a total subordinação da natureza ao capital. Conforme o próprio autor:

[...] além do trabalho assalariado temporário ser um produto do desenvolvimento das forças capitalistas na agricultura (enquanto embrião da formação do proletariado rural) ele é, ao mesmo tempo, resultado da insuficiência e da fraqueza desse desenvolvimento: da insuficiência do capital em submeter as forças da natureza, do ponto de vista técnico; da fraqueza de generalizar essa subordinação, não apenas do ponto de vista formal, mas sobretudo de uma maneira real e ampla, revolucionando a produção agrícola em todas as suas fases (Graziano da Silva, 1981: 119).

No contexto desse debate na década de 1980, Graziano da Silva atribuía o “grau” de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no campo a um conjunto de relações e instrumentos que melhor viabilizassem o incremento do processo técnico-produtivo. No caso brasileiro, o fato de, em certos momentos da produção, o trabalho humano ser substituído por máquinas e, em outros, apesar da existência de máquinas para substituí-lo, os investimentos necessários para essa transição ainda não terem se realizado, dando margem ao surgimento do trabalhador temporário, demonstraria, para o autor, a *insuficiência* e a *fraqueza* do desenvolvimento capitalista na agricultura nacional.

O maior exemplo empírico dessa insuficiência se expressaria nas lavouras de cana-de-açúcar do estado de São Paulo. Em meados da década de 1980, o setor sucroalcooleiro paulista havia respondido rapidamente aos estímulos de crescimento e modernização tecnológica empreendidos pelo Programa Nacional do Álcool – Proálcool. Criado em 1975, em parte como resposta do governo militar à então crise internacional de energia e à alta dos preços do petróleo no período, o programa se constituiu como um forte instrumento de indução às atividades empresariais das usinas de açúcar e álcool. Garantiu, dentre outros, a concessão de créditos vultuosos para as empresas e seus fornecedores de cana, a manutenção de estoques estratégicos de álcool pelo governo e a fixação dos preços a serem pagos aos produtores (Veiga Filho, Gatti e Mello, 1981).

As inovações mecânicas, físico-químicas e biológicas no cultivo da cana-de-açúcar promoveram ganhos significativos na acumulação do setor nesse período. A produtividade da cultura no estado, medida em quantidade de cana por hectare ocupado com a atividade, saltou de cinquenta toneladas por hectare na década de 1960 para mais de oitenta na década de 1980 (Alves, 1991). Esse ganho de produtividade, porém, não foi obtido via mecanização da colheita da cana. Mesmo com tecnologia disponível para tal, nos canaviais paulistas, a estratégia adotada foi a atração de milhares de trabalhadores exclusivamente para os períodos de colheita, sendo dispensados no tempo de espera dos ciclos da natureza (fixação e maturação da planta). Nesse regime de emprego sazonal da força de trabalho, a produtividade do trabalho no corte de cana, medida em toneladas de cana cortadas por dia/trabalhador(a), também cresceu, passando de três toneladas dia/trabalhador(a) na década de 1950 para seis na década de 1980, saltando até doze toneladas dia/trabalhador(a) no início da década de 2000 (Alves, 2006).

Nas análises até aqui relacionadas, há uma tese e uma abordagem marcantes sobre o trabalho temporário na agricultura. A tese diz respeito à insuficiência ou fraqueza do desenvolvimento da agricultura mais intensiva em capital no país ao final do Século XX – a agricultura e a agroindústria canavieira. Sua fraqueza ou insuficiência se expressaria na revolução tecnológica incompleta, responsável pela manutenção do trabalho temporário. E a abordagem marcante se revela na compreensão do trabalho, tratado como massa abstrata de trabalho. Contra essa tese e essa abordagem, alguns estudos viriam a se posicionar, ora focando aspectos de fragilidade conceitual (Martins, 2006), ora apontando as dimensões excluídas da análise (Abramovay, 1992; Veiga, 1991). Contudo, a obra de Maria Aparecida de Moraes Silva, em seu conjunto, viria suplantando esses ensaios críticos, trazendo novas perspectivas para pensar e pesquisar o trabalho rural no contexto de alta tecnologia e acumulação na agricultura.

Tempo e trabalho nos canaviais

“O concreto é a síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso”

(Marx, 1987: 16).

Desde a década de 1980, os estudos de Silva sobre os assalariados rurais se distanciavam das análises do trabalho como uma categoria abstrata – isto é, como força de trabalho abstraída de características sociais particulares. Em suas pesquisas, os trabalhadores rurais eram abordados na diversidade das formas sociais que os constituíam e os classificavam. Ou seja, os assalariados rurais emergiam como sujeitos de classe dotados de corpo, gênero, geração, origem, raça/etnia. E essas construções, hoje chamadas de marcadores sociais, apareciam nos trabalhos de Silva com efetiva concretude e realidade da força de trabalho abstrata das interpretações sobre o tempo de trabalho na agricultura.

Em artigo publicado ainda no final da década de 1980, Silva (1990) foi além dos significados teóricos do tempo de trabalho para abordar as mudanças ocorridas no assalariamento rural no contexto da modernização conservadora. Naquele texto, a autora argumentava que, ao estreitar laços com a agricultura, o capital não lhe imprimiu uma homogeneização passível de ser deduzida por sínteses teóricas. Ao contrário disso, a articulação contraditória de relações, combinando conservação e destruição de formas de produzir, não seria estranha à história dos processos de acumulação. Ademais, mantendo coerência com sua leitura rigorosa da obra de Marx, Silva ressaltava que cada forma de produção corresponderia a um nível histórico de desenvolvimento das forças produtivas associadas às relações de propriedade dos meios de produção, incluindo a propriedade da terra.

Dessa feita, opondo-se ao suposto sobre uma trajetória homogênea de organização das formas de produção, Silva (1990) enfatizava como a modernização conservadora promovia uma nova divisão sexual do trabalho na agricultura. Tomando como referência o caso paulista, a autora revelaria como a intensidade dos investimentos em maquinário e tecnologia foi historicamente regulada mediante a possibilidade de exploração intensiva e subvalorizada do trabalho. Essa forma de reprodução do capital teve como um de seus pilares a ampliação da participação feminina no salariado, acompanhado de um movimento violento de rebaixamento do preço da força-de-trabalho da mulher. Esse rebaixamento, por sua vez, revelaria dimensões de um movimento de retroalimentação, envolvendo violência de gênero no trabalho e na produção de uma agenda política para o direito trabalhista.

Ao avançar sobre a dimensão política da experiência de regulação das relações trabalhistas no campo, Silva (1999) traria ainda novos componentes para a compreensão do trabalho temporário na agricultura brasileira. Para além do progresso técnico e das dimensões econômicas do hiato entre tempos de trabalho e de produção, os conflitos de classe relativos à questão fundiária e aos contornos dos direitos trabalhistas desempenharam papel central na tecitura do trabalho temporário e de sua figura histórica mais marcante – a saber, o boia-fria⁴. Ainda na década de 1960, o alcance dos direitos trabalhistas no campo, com destaque para o Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, restringia-se apenas às formas de contratação do trabalhador permanente, deixando o trabalho temporário fora do seu espectro de regulação. Tratada e estigmatizada como temporária, eventual, a categoria dos boias-frias, desprovida dos direitos trabalhistas, tornou-se funcional ao movimento de acumulação na agricultura, e particularmente na agricultura canavieira. Mesmo diante da tecnologia das colhedoras, cujo rendimento por unidade substituiria potencialmente o trabalho diário de até noventa trabalhadores, o severo rebaixamento dos valores de remuneração da tonelada cortada, somado às condições de controle e disciplina dos corpos nos canaviais, fizeram a opção pelo corte manual da cana seguir compensando a acumulação do setor até o início do Século XXI.

Nessa perspectiva, o trabalho temporário não foi a expressão da limitação técnica do capitalismo, de sua fraqueza ou suposta inconclusividade. Tampouco foi o escape possível para um hipotético estrangulamento econômico. Na interpretação lançada por Silva, o trabalho temporário foi uma escolha política para o alcance de altos níveis de acumulação em um contexto de concentração fundiária⁵. Resultara da emergência de processos sociais envolvidos em contradições de classe, expressando parte das especificidades das relações estabelecidas entre trabalho social, Estado e propriedade fundiária na sociedade brasileira. Assim como o trabalho escravo, que a despeito da aparente face de “atraso” tem

4 A propósito dos boias-frias, convém registrar o estudo feito por Maria Conceição d’Incao na região da Alta Sorocabana, no estado de São Paulo. Contudo, em relação aos estudos de Silva, além da diferença do contexto e dos métodos, seu trabalho não abordou a fundo o tema das migrações, focando o modelo mais geral de migração campo-cidade. E o estudo seguiu tratando o trabalho temporário como contradição e negação histórica do capitalismo (Incao, 1981).

5 Nesse ponto, a interpretação de Silva permite um rico diálogo com a tese de Florestan Fernandes sobre o capitalismo dependente. Para este autor, o caminho da dependência teria sido uma escolha da burguesia nacional, que optara por promover uma situação espoliante de sobreapropriação repartida do excedente econômico em território nacional para assegurar lucros aos capitais interno e externo (Fernandes, 1981a). Desse modo, a classe trabalhadora seria sobre-explorada por uma opção política, e não por necessidade estrutural do regime de acumulação. Ademais, no campo, submetido à lógica do capital industrial, seria firmado um processo de dependência dentro da dependência (Fernandes, 1981a).

sua contemporaneidade atrelada também às propriedades rurais com perfis indiscutivelmente modernos de produção (Martins, 2024), o trabalho temporário se tornou historicamente eficiente, seja em termos de produção de valores excedentes, seja para a preservação das formas de subsunção do trabalho na agricultura modernizada e em sua expressão maior, qual seja, os complexos agroindustriais.

Mas, além dessas características políticas e de direito mais gerais que atravessaram a concepção histórica do trabalho temporário na agricultura brasileira, Silva avançou ainda na experiência concreta desses trabalhadores e trabalhadoras. Lançou seu olhar sobre a mais-valia relativa no nível da dominação simbólica sobre esses sujeitos, abordando o trabalho como fenômeno multifacetado, que expressa, dentre outros, experiências, resistências, sujeição e disciplina. Manteve-se, assim, em estreito diálogo com a assertiva bourdieusiana de que “[...] o corpo está no mundo social, mas o mundo social está no corpo” (Bourdieu, 2001: 185).

Esse avanço analítico esteve fincado em pesquisas qualitativas de profundidade sobre o universo do trabalho temporário. Em um trabalho hoje incontornável da sociologia rural brasileira, Silva (1999) apresentou resultados de pesquisas realizadas entre 1987 e 1990 sobre trabalhadores e trabalhadoras dos canaviais da região de Ribeirão Preto-SP, já naquele momento considerada entre os territórios agrícolas mais ricos e tecnológicos do país. Com então cerca de cinquenta usinas e destilarias, a região produziu, em 1993, pouco mais de 3,5 bilhões de litros de álcool e 42 milhões de sacas de açúcar. Nesse mesmo ano, empregou 70 mil trabalhadores, dos quais 30 mil eram provenientes de outros estados, especialmente Minas Gerais (Vale do Jequitinhonha) e do sul da Bahia.

Silva (1999) apresentou de maneira bastante singular a *unidade do diverso* em termos de composição do processo de proletarização de homens e mulheres da própria região – os “boias-frias do lugar” – e dos errantes em constante deslocamento como andorinhas, “nem lá nem cá”, como descreveria em outro de seus artigos (Silva, 1998)⁶. No caso dos errantes, pretos e pardos em sua grande maioria, a temporalidade do trabalho seria a expressão de hiatos mais complexos, com permanências e ausências no eito, nas roças de origem, vivências ora em alojamentos ora nas comunidades locais, a permanente travessia. E, para alcançar a diversidade dos marcadores sociais desse processo, foi fundamental o esforço da autora em substituir a heterodoxia das categorias estáticas

6 Essa condição migrante também foi apresentada por Maria Aparecida de Moraes Silva em sons e imagens no documentário *As andorinhas. Nem lá. Nem cá*, de sua autoria e direção (Silva, 1990).

pela história e pela experiência social de mulheres e homens concretos. Em suas palavras:

[...] objetiva-se a análise das mediações, da história concreta que se faz e se desfaz, das transformações tanto da estrutura quanto dos sujeitos. Aprofunda e alarga o entendimento do eixo da exploração-dominação por meio da acepção das três organizações sociais que se entrecruzam e marcam estas vidas: de classe, gênero e étnico-racial. Atrás dos rostos escurecidos pela fuligem da cana queimada, portanto, por detrás do trabalhador abstrato, enxerga-se o negro, a negra, o migrante, o homem, a mulher. Ao ampliar o campo da dominação, verifica-se, além da economia, da extração do mais valor, a dominação mediada por representações carregadas de significados de gênero e étnico-raciais. Esta postura teórico-analítica permite, *mutatis mutandis*, a compreensão da multiplicidade, das diferenças, das especificidades destas relações (Silva, 1999: 16).

Para dar conta da multiplicidade do fenômeno da classe errante, na ocasião base do trabalho temporário tanto nos canaviais quanto nas lavouras de laranja e café em São Paulo, Silva (1999) percorreu os diferentes momentos de sua constituição. Tratou da expropriação e do desenraizamento dos camponeses em suas terras de origem; abordou a regulação moral da vida nas cidades-dormitórios, próximas aos locais de trabalho, onde classe e raça se somavam no contraditório processo de inclusão (no trabalho)/exclusão (social); deslindou a exploração-dominação nos canaviais, com suas hierarquias, divisões moral e sexual do trabalho, disciplina dos corpos e resistências dos trabalhadores e trabalhadoras no eito; e remontou o retorno aos locais de origem, onde, desprovidos de terra, iriam se manter na expectativa de serem recrutados para a safra do ano seguinte, após a apreciação comportamental e moral feita pelos gatos-empregadores, que avaliariam, além de seu desempenho produtivo, também sua participação ou não em greves, a obediência às regras de disciplina e seu comportamento nos alojamentos e nas cidades-dormitórios.

Essa perspectiva, voltada à *compreensão da multiplicidade, das diferenças, das especificidades dessas relações*, permitiu ainda à Silva a análise acurada sobre a condição das mulheres na divisão sexual do trabalho no universo canavieiro paulista. Aliadas do corte da cana, sob pretexto de não lograrem os mesmos níveis de produtividade dos homens, as mulheres eram alocadas nas tarefas menos visíveis dos canaviais. Esse era o caso das *bituqueiras*, cuja função consistia em recolher as bitucas, ou seja, os pedaços de cana não recolhidos pelas

colhedoiras nas áreas de corte mecanizado. Ou atuar no *descarte*, atividade constituída pela aplicação de veneno no controle das pragas da cana. Ou ainda preparar as gemas para a plantação da cana, atividade que igualmente demandava o manuseio de agrotóxicos (Silva, 1999).

Sua recorrência aos estudos empíricos, com o emprego de metodologias como a história oral, somada ao empenho no manejo de estratégias variadas para a produção de informações sobre o fenômeno estudado⁷, possibilitou à autora a construção de uma visada singular quando comparada aos estudos mais ortodoxos sobre trabalho na agricultura. Não como pré-concepção, mas com base em material empírico, Silva pôde buscar na rotina dos canaviais chaves de interpretação sociológica. O que, na teoria de outrora, fora conceitualizado como sobre-exploração, em sua obra, adquiriu significado e classificação mediante a experiência dos trabalhadores e trabalhadoras. Assim, a birola (Silva et al., 2006) ou o canguru (Verçoza e Silva, 2012) se tornaram formas de descrição nativa da sujeição dos corpos dos trabalhadores no eito, levados por vezes ao esgotamento e ao óbito (Silva, 2006).

Coerente com essa ênfase na experiência e na história, Silva perseguiu as transformações que impactaram os fenômenos da migração e do trabalho ao longo do tempo. Pôde, assim, avançar nas redefinições da cartografia migratória dos trabalhadores cortadores de cana da região central paulista. Se, nas décadas de 1980 e 1990, a maioria dos migrantes era proveniente do interior da Bahia e norte de Minas Gerais (Vale do Jequitinhonha), no início da década de 2000, esses cortadores já eram oriundos dos estados do Maranhão, Ceará, Alagoas e Piauí (Silva, 2004). Naquele contexto, essa mudança se explicava pela grande intensificação do ritmo de trabalho nas usinas da região de Ribeirão Preto, que repercutiu sobre a faixa etária dos trabalhadores empregados. Aquele contingente de trabalhadores da Bahia e Vale do Jequitinhonha, já com idade acima dos trinta e cinco anos e muitos dos quais adoecidos, seguiriam sua trajetória migrante nas usinas do Mato Grosso do Sul, particularmente em regiões com salários mais baixos e com crescentes denúncias de condições de trabalho análogo à escravidão no campo.

7 Uma remontagem acurada da trajetória de Silva como pesquisadora e orientadora de trabalhos de mestrado e doutorado demandaria seguramente uma sessão extensa dedicada à imaginação sociológica e ao artesanato intelectual. Homens e mulheres incitados a produzir desenhos e mapas sobre trajetórias e espaços sociais (Silva e Melo, 2009), crianças convidadas à elaboração de desenhos e atuação e encenação de teatro (Silva, 2018; Silva, Melo e Apolinário, 2013) e oficinas de fuxico (Bandini e Silva, 2012) foram alguns dos instrumentos de pesquisa empreendidos pela autora.

Paralelo às mudanças na cartografia migratória, Silva (2014) ainda identificou alterações na divisão sexual do trabalho. Aos critérios já estabelecidos de força física (homens), cuidado, responsabilidade e delicadeza (mulheres), seria somada a preferência das usinas em empregar os trabalhadores pelo período de vigência da safra (em torno de dez meses), enquanto as trabalhadoras seriam contratadas em turmas por empreiteiros, que regulariam sua permanência em função dos ciclos de atividades disponíveis (incluindo outras culturas). Com o avanço da mecanização no corte da cana, uma nova função seria atribuída ao trabalho feminino: as *mulheres da pedra*, teriam a responsabilidade de retirar as possíveis pedras no eito antes do corte, a fim de evitar prejuízos com danos às lâminas das colhedoiras.

Por fim, no escopo da lógica de intensificação da exploração da força de trabalho, Silva (2016) desvendaria ainda a *apropriação do afeto* como estratégia complementar de manutenção dos baixos salários. Essa estratégia fora colocada em prática desde a fragmentação da família durante a migração para o trabalho nos canaviais, situação que contribuiu para o rebaixamento dos salários, posto que a reprodução familiar não se somava no preço da força de trabalho. Os custos de reprodução da família terminariam sendo externalizados para os locais de origem. Ademais, o resultado dessa estratégia seguiu produzindo fraturas na estrutura de sentimentos tanto dos homens que partiram quanto das mulheres e filhos que ficaram⁸. Depressão, alcoolismo e melancolia atravessariam os trabalhadores e suas famílias, “lá e cá”.

Considerações finais

Para a compreensão sobre as formas sociais de organização do trabalho assalariado na modernização da agricultura brasileira, Maria Aparecida de Moraes Silva empreendeu diferentes frentes de investigação, que trouxeram à superfície uma complexa diversidade de processos. Ao percorrer suas pesquisas, é possível acompanhar como o foco na história e nos estudos de casos empíricos lhe permitiu aprofundar e ampliar o debate sobre as temporalidades do trabalho na agricultura, de modo a produzir sínteses sobre determinações que dão concretude à experiência laboral. Assim, tempos de produção e de trabalho,

8 A noção de estrutura de sentimentos empregada por Silva dialoga estreitamente com a obra de Raymond Williams – outra influência importante na trajetória da autora. Em Williams (1979), o *sentimento* não é abordado como fundamento de natureza pessoal, mas sim enquanto relação (e não substância) que se expressa em objetos e práticas. Assim, a estrutura de sentimentos revela dados da experiência social compartilhada, imbricada na cultura e nas práticas de certos grupos e classes sociais, em momentos históricos específicos.

tempo de espera e progresso tecnológico foram abordados em suas imbricações com relações de classe, raça, etnia, gênero, geração e outras mais que os estudos empíricos revelassem, sem pré-juízos analíticos.

Essa perspectiva viabilizou a análise do boia-fria em sua dimensão concreta, isto é, determinado por variadas relações e dimensões. A base dessa construção e determinação emergiu, na análise de Silva, por meio da história. É a história que revela a multiplicidade de formas assumidas pelo trabalho temporário no campo. É a história, movida também por conflitos de classe, que, em contextos específico, faz dos baixos salários uma contrapartida viável *vis a vis* a produtividade da máquina. raça e o gênero se tornam marcadores sociais em condições históricas específicas.

Esse esforço empírico, indissociável do enquadramento histórico dos casos, constituiu um importante veio tanto para a superação das abordagens abstratas sobre o trabalho rural quanto para a crítica à tese do trabalho temporário como expressão da insuficiência ou fraqueza do desenvolvimento da agricultura. Ele permitiu ainda a incorporação de outras problemáticas que viriam a atravessar o trabalho e o ritmo da acumulação no campo, tais como a saúde (Verçoza e Silva, 2017) e a questão ambiental (Silva e Martins, 2010).

Outra contribuição importante da obra de Silva para a compreensão do trabalho temporário diz respeito ao microcosmo da exploração-dominação. A autora revelou, no montar e remontar das micro relações, como não era a máquina que determinava o ritmo do trabalho, mesmo nos canaviais paulistas do final do Século XX, mas sim os códigos de conduta não declarados entre usina e trabalhador. Além disso, a condição temporária, volante desse trabalhador, contribuía sobremaneira para o adensamento da violência simbólica dessa relação.

Por fim, é notável como, em seus variados estudos, com diferentes materiais e métodos, Silva conseguiu observar o exercício do poder em seu núcleo e também em sua face externa, liminar. Em outras palavras, a autora observou os efeitos de poder e não interrogou apenas as motivações dos agentes dominantes, mas deslocou seu olhar para as extremidades e para os dominados, de modo a identificar também os potenciais de resistência. Esses potenciais animaram outros capítulos de sua obra, permanentemente comprometida com a esperança de um *devoir* emancipatório.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo, Anpocs/Hucitec/Editora Unicamp, 1992.

- ALVES, Francisco José da Costa. Por que morrem os cortadores de cana?. São Paulo, *Saúde e Sociedade*, v. 15, n. 3, 2006, pp. 90-98.
- ALVES, Francisco José da Costa. Modernização da agricultura e sindicalismo: as lutas dos trabalhadores assalariados rurais na região canavieira de Ribeirão Preto. Tese de Doutorado, Economia, UNICAMP, 1991.
- BANDINI, Claudirene e SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Revelando o indizível na Oficina de Fuxico: uma experiência de pesquisa sobre gênero, religião e memória. *História Oral*. Rio de Janeiro, v. 14, 2012, pp. 255-284.
- BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981a.
- FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 4. ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981b.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise agrária*. 3. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. São Paulo, UNICAMP, 1996.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo, Hucitec, 1981.
- INCAO, Maria Conceição. *O boia-fria: acumulação e miséria*. Petrópolis, Editora Vozes, 1981.
- KAGEYAMA, Angela et al. *O novo padrão agrícola brasileiro: do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais*. Brasília, IPEA, 1990.
- KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Rio de Janeiro, Editora Laemmert, 1968.
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e escravidão na sociedade pós-escravista*. São Paulo, Editora UNESP, 2024.
- MARTINS, Rodrigo Constante. Modernização e relações de trabalho na agricultura brasileira. *Agrária*. São Paulo, n. 4, 2006, pp. 165-184.
- MARX, Karl. *Introdução à crítica da economia política*. Os Pensadores. São Paulo, Nova Cultural, 1987.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. Tomo 2. São Paulo, Abril Cultural, 1984.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro III. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.
- MULLER, Geraldo. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo, HUCITEC-EDUC, 1989.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Nas cores dos desenhos, as travessias (não travessuras) das crianças maranhenses. *Travessia*. São Paulo, v. 82, 2018, pp. 29-63.

- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Trabalho rural: as marcas da raça. *Lua Nova*. São Paulo, n. 99, 2016, pp. 139-167.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. O trabalho oculto nos canaviais paulistas. In: MARTINS, Rodrigo Constante. *Ruralidades, trabalho e meio ambiente: diálogos sobre sociabilidades rurais contemporâneas*. São Carlos, EdUFSCar, 2014, pp. 97-132.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. A morte ronda os canaviais paulistas. *Reforma Agrária*. Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, 2006, pp. 111-143.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Se eu pudesse, eu quebraria todas as máquinas. In: ANTUNES, Ricardo e SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *O avesso do trabalho*. São Paulo, Expressão Popular, 2004, p. 29-77.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo, Editora Unesp, 1999.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. As andorinhas: nem cá, nem lá. *Cadernos Ceru*. São Paulo, v. 9, n. 2, 1998, pp. 29-45.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. A nova divisão sexual do trabalho na agricultura. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 4, n. 3/4, 1990, pp. 20-31.
- SILVA, Maria Aparecida Moraes Silva. *As andorinhas: nem cá, nem lá*. Documentário. Unesp/Araraquara, 1990. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TGyAr8M37Zs>. Acesso em: 3 fev. 2024.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes e MARTINS, Rodrigo Constante. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira paulista. *Sociologias*. Porto Alegre, v. 12, 2010, pp. 196-240.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MELO, Beatriz Medeiros de e APOLINÁRIO, Andrea P. A família tal como ela é nos desenhos das crianças. *Trabalho & Educação*. Belo Horizonte, v. 21, 2013, pp. 153-186.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes e MELO, Beatriz Medeiros de. Desenhos e mapas: uma contribuição aos estudos migratórios. *Espaço Plural*. Marechal Cândido Rondon, v. 20, 2009, pp. 41-52.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes et al. Do karoshi no Japão à birola no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado. *Revista NERA*. Presidente Prudente, v. 8, n. 1, 2006, pp. 74-108.
- THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- VEIGA FILHO, Alceu de A.; GATTI, Elcio U. e MELLO, Nilda T. C. O Programa Nacional do Álcool e seus impactos na agricultura paulista. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 11, Número Especial, 1981, pp. 61-82.
- VEIGA, José Eli da. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo, Hucitec/Edusp, 1991.
- VERÇOZA, Lucio e SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Cana, labor e adoecimento: a

afirmação do nexu causal como uma forma de resistência. *Século XXI – Revista de Ciências Sociais*. Santa Maria, v. 7, 2017, pp. 216.

VERÇOZA, Lucio e SILVA, Maria Aparecida de Moraes. A resistência dos trabalhadores nos canaviais alagoanos. *Agrária*. São Paulo, v. 13, 2012, pp. 137-168.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.

Recebido em: 03 de junho de 2024

Aprovado em: 05 de junho de 2024

Como citar este artigo:

MARTINS, Rodrigo Constante. Trabalho rural: o tempo da teoria e o tempo do boia-fria. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v.14, p. 1-19, e141325, 2024.

DOI: <https://doi.org/10.14244/contemp.v14.1325>